

DINÂMICAS DOS MERCADOS ILEGAIS, CRIMINALIDADE E REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIOLÊNCIA: A CARTOGRAFIA DOS CONFLITOS NA FAIXA DE FRONTEIRA BRASIL, COLÔMBIA E PERU NO ESTADO DO AMAZONAS¹

Pedro Rapozo²
Reginaldo Conceição da Silva³
Taciana de Carvalho Coutinho⁴

SINOPSE

A pesquisa apresenta parte dos estudos produzidos pelo Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam) sobre a dinâmica da criminalidade, tipificação dos conflitos e violência em contextos transfronteiriços no estado do Amazonas. A metodologia do mapeamento social e demais técnicas de qualificação de informações junto aos interlocutores locais têm permitido uma compreensão particular sobre a configuração de violência em territórios de povos e comunidades tradicionais resultantes da exploração ilegal de recursos naturais em áreas protegidas. Ao mesmo tempo, a dinâmica dos mercados ilegais transfronteiriços revela, por meio dos conflitos e criminalidades, um debate sobre a segurança pública e a condição ambivalente do Estado quanto ao monitoramento de atividades ilícitas em faixas de fronteira do Arco Norte brasileiro.

Palavras-chave: Amazonas; fronteiras; mercados ilegais; violência; conflitos.

1 CONFLITOS, VIOLÊNCIA E OS CIRCUITOS DA ILEGALIDADE: A DINÂMICA DE EXPLORAÇÃO DOS TERRITÓRIOS DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS

A dinâmica histórica e geopolítica dos territórios que compõem a faixa de fronteira do Alto Solimões, região do estado do Amazonas formada por sete municípios,⁵ há muito tem revelado olhares sobre um entendimento de suas complexas relações sociais e de apropriação-mercantilização dos recursos naturais marcados pela particularidade do contexto fronteiriço.

Em que pese o fato de estes territórios estarem desconectados por vias terrestres aos grandes centros metropolitanos da Amazônia e marcados, sobretudo, por uma rede hidroviária ampla que interliga inúmeros territórios e comunidades, ainda prevalecem como lugares parcialmente desassistidos de políticas sociais, como no caso da tríplice fronteira amazônica (Brasil, Colômbia e Peru),

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/bapi36art2>

2. Doutor em sociologia; professor da Universidade do Estado do Amazonas (UEA); e pesquisador do Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam). *E-mail:* phrapozo@uea.edu.br.

3. Doutor em geografia; professor da UEA; e pesquisador do Nesam. *E-mail:* reginho.obi@hotmail.com.

4. Doutora em recursos naturais; professora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam); e pesquisadora do Nesam. *E-mail:* tacionacoutinho@ufam.edu.br.

5. O território que compõe a faixa de fronteira do Alto Solimões é formado pelos municípios de Tabatinga, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Com um percentual significativo de áreas protegidas, povos indígenas e comunidades tradicionais, essa região possui uma população total estimada em 260 mil habitantes, o que corresponde a 67% do território do estado do Amazonas, de acordo com as últimas informações disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio do Censo 2010.

nos quais a violência e os conflitos historicamente evidentes revelam-se de inúmeras formas, estabelecendo um clima de impunidade e insegurança.

Na faixa de fronteira brasileira, o narcotráfico e as atividades ilegais extrativistas de madeireiros, garimpeiros e pescadores comerciais ilegais em terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas, ribeirinhos e demais comunidades agroextrativistas, por exemplo, evidenciam distintas formas de uso e de territorialização. Isso se dá por uma crescente escalada de violação dos direitos e constantes ataques contra a integridade física de lideranças, ambientalistas e organizações governamentais e não governamentais locais nos últimos anos.

Durante o último governo, evidenciamos, entre os anos de 2019 e 2022, um crescente estado de insegurança e vulnerabilidade contra os povos e comunidades tradicionais da Amazônia.⁶

As disputas por terra na Amazônia Legal, envolvendo grandes proprietários e latifundiários contra comunidades tradicionais e pequenos produtores, registraram cerca de 641 ocorrências no período (49,49% dos conflitos registrados no país). Entre estes, 124 conflitos relacionados à água (40,78%) e 54 casos de trabalho escravo (31,95%). A mineração e o agronegócio foram apontados como alguns dos principais responsáveis pelas ocorrências em registros oficiais. Do mesmo modo, a Amazônia Legal concentrou 77,9% das famílias afetadas pelo desmatamento ilegal; 87,2% das famílias impactadas por expulsão em decorrência de conflitos com grandes latifundiários; 81,3% das famílias afetadas por grilagem; e 82,2% das famílias impactadas por invasões em seus territórios ocupados tradicionalmente (CPT, 2021).

A violência contra os povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia brasileira resulta de um processo que simultaneamente invisibiliza e revela as lutas e mobilizações políticas destes agentes, comportando inúmeras sujeições e formas de subalternidade aos impactados (comunidades ribeirinhas e povos indígenas) e como estes são expropriados das condições de manutenção efetiva de seus modos de vida e de reprodutibilidade social. Estas violências também resultam das estratégias de expansão das atividades econômicas na região amazônica e de suas inúmeras formas de apropriação da natureza, pois são marcadas pela fragilidade e impotência das instituições que poderiam solucioná-los (Rapozo e Silva, 2020).

Ao longo da última administração do governo federal (2019-2022), esses fenômenos ocasionaram a sujeição de grupos sociais marginalizados e territorialmente vulneráveis, impulsionados na Amazônia por uma narrativa neointegracionista⁷ de exploração dos recursos naturais a qualquer custo. Esse cenário também ficou marcado pelo processo de desmonte das instituições governamentais responsáveis pelas políticas de fiscalização, combate e monitoramento nestes territórios.

Da mesma maneira, os conflitos podem ser pensados como reflexos de uma ausência do Estado (Rapozo, 2021), revelando uma dimensão ambivalente entre espaços não governados ou de governança híbrida, em se tratando de imensos territórios desassistidos pelas políticas governamentais

6. Para uma análise comparativa sobre a evolução dos casos de violência contra os povos indígenas entre as administrações dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2019), sugerimos a consulta aos dados apresentados em Rapozo (2021, p. 10-11).

7. Entendida aqui pelas políticas governamentais durante a administração do governo federal de Jair Messias Bolsonaro que afetaram a Amazônia. Abrange, ainda, o histórico período da ditadura civil-militar; a expansão de frentes colonialistas de exploração dos recursos naturais na Amazônia, sob a égide de um falso discurso em prol do desenvolvimento econômico; e a ocupação de territórios ainda "desocupados e inexplorados" economicamente, incluindo as estratégias políticas de alteração de legislações para exploração da natureza em territórios indígenas, por exemplo.

que, conseqüentemente, ocasionariam a debilidade de políticas socioambientais e os inúmeros casos de violência e de violação de direitos.

Para além da polissemia conceitual sobre o tema da violência, quando nos destinamos a compreendê-la materializada em suas diferentes formas, estamos lidando com a expressão concreta de conflitos que afetam, subjugam e subalternizam grupos sociais.

O estigma da violência física no mundo rural da Amazônia brasileira, neste contexto geográfico, do ponto de vista dos dados oficiais ou de sua ausência e subnotificação, se traduz não só em insegurança jurídica, mas também em invisibilizadas políticas governamentais que coadunam para situações extremas de vulnerabilidade socioeconômica.

Na região do Alto Solimões, a escalada de violência e dos conflitos socioambientais se configura também por uma dinâmica das redes e mercados ilegais capitaneados pela apropriação indevida dos recursos e de bens naturais em territórios de povos tradicionais altamente vulnerabilizados do ponto de vista socioeconômico. Podemos intuir que, dadas as circunstâncias historicamente evidenciadas, o circuito destes mercados ilícitos é potencialmente alimentado de forma estrutural pela dinâmica comercial do narcotráfico se estabelecendo nesta região por meio da produção, comercialização e circulação de entorpecentes, majoritariamente da cocaína.

O mercado de ilícitos correlacionado às atividades do narcotráfico apresenta, segundo Borges (2006), vantagens particulares que levariam a uma otimização na produção em países como Peru, Colômbia e Brasil. Esse cenário estaria ligado a alguns elementos potencialmente favoráveis, entre eles: i) localização geopolítica; ii) vasta selva, que facilita o ocultamento dos laboratórios e das pistas de aterrissagem; iii) habilidades empresariais e redes locais; iv) disposição de parte da comunidade colombiana, por exemplo, nos Estados Unidos, para funcionar como rede de distribuição; v) presença insignificante do Estado em muitas partes do país; vi) estendida corrupção das burocracias estatais em um sistema político clientelista; vii) existência de movimentos guerrilheiros ativos; viii) prevalência e aceitação social do contrabando; e, por fim, ix) domínio da tecnologia para violar as leis antidrogas (transporte, comercialização, capacidade para subornar e intimidar e capacidade de mobilizar o excedente econômico).

Outro aspecto ressaltado é a importância da bacia pan-amazônica e de sua malha hidroviária, que se constitui como um dos fatores positivos às vantagens economicamente comparativas. Nesse sentido, os fluxos transnacionais e a reconfiguração dos territórios locais contribuem para a dinamização desses setores. Afinal, uma de suas principais rotas advém da relação estabelecida na tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru, sobretudo pelos múltiplos aproveitamentos dos recursos e bens naturais disponíveis neste processo. As redes e fluxos do tráfico de drogas movimentam não só uma diversidade de atores e setores econômicos envolvidos, como também se articulam com outros mercados ilegais e incorporam em suas ações as potencialidades dos recursos naturais existentes e associados à economia local.

Como destacam Rapozo, Silva e Radaelli (2017), a injeção dos recursos financeiros oriundos da renda e lucro advindos do narcotráfico nessa região passaram, nas últimas décadas, por um processo de legalização e de diversificação de suas divisas a partir de outras atividades rentáveis nas cidades locais. Isso inclui: i) a exploração do ouro em garimpos que funcionam com o mínimo de legalidade e o máximo de conivência das governabilidades municipais; ii) a prática do tráfico do setor pesqueiro na região, sobretudo levado à exportação também de peixes ornamentais ilegais; e

iii) a comercialização das madeiras, que – ainda que tenha sofrido uma diminuição no mercado local, mediante a intensificação e vigilância dos órgãos governamentais brasileiros – também representa significativos ganhos (sobretudo as madeiras retiradas dos territórios indígenas, que contam com escassos mecanismos de regulação do governo local).

É factível afirmar, a partir das evidências em destaque, que esses setores retroalimentam uma cadeia de ilegalidades cíclicas, a exemplo dos garimpos ilegais que sustentam uma rede articulada e que movimenta inúmeros setores da economia informal local, ilustrada na dinâmica evidenciada desta presença na faixa de fronteira.

FIGURA 1
Operacionalização das dragas nos rios das faixas de fronteira



Fonte: Foto por Pedro Rapozo, 2023.

FIGURA 2
Destruição de dragas por operação realizada pela Polícia Federal



Fonte: Acervo do Ministério Público Federal (MPF).

FIGURA 3
Reconstrução e manutenção das dragas de garimpo após operações



Fonte: Foto por Pedro Rapozo, 2023.

FIGURA 4
Dragas ilegais de garimpo na faixa de fronteira do Alto Solimões, Amazonas



Fonte: Foto por Pedro Rapozo, 2023.

É possível salientar também a existência de outros mercados mais consolidados e que se apresentam bem demarcados na tríplex fronteira há algum tempo, e o estabelecimento de uma rede de narconegócio reconhecidamente relevante e de caráter estratégico à economia informal, que muito tem sido alvo de políticas e mecanismos de repressão e controle pelos países envolvidos (Rapozo, Silva e Radaelli, 2017).

A presença e a disputa de facções criminosas nesta porção do território brasileiro transfronteiriço (figura 5), embora não sejam o objetivo principal de análise deste estudo, também são relevantes para a compreensão das redes de agenciamento e aliciamento, e dos crimes manifestos nos homicídios e disputas territoriais que envolvem, de forma particular, os territórios indígenas e de comunidades agroextrativistas. Afinal, estes são utilizados como rotas internacionais e hidrográficas de circulação de entorpecentes e de outras atividades ilegais financiadas pelo narconegócio (pesca, garimpo e retirada ilegal de madeira etc.).

FIGURA 5

Demarcação das disputas territoriais do crime organizado nas cidades do Alto Solimões, Amazonas

Fonte: Fotos por Pedro Rapozo, 2021-2022.

Neste contexto, compreendemos que ocorrem nesses espaços, como destaca Steiman (2002), uma estreita vinculação econômica a atividades extrativas locais importantes para a região de fronteira. Segundo a autora, a flexibilidade de rotas e de nós de trânsito e exportação permite características próximas às redes internacionais de comercialização de produtos ilícitos e que também podem ter contribuído para a natureza cíclica de muitas dessas economias, ora incluídas, ora excluídas dessas redes.

Tais redes, há muito consolidadas, têm propiciado um entendimento sobre seus fluxos diversificados e o estabelecimento de rotas estratégicas que, ainda que estejam reconhecidas e devidamente mapeadas, permanecem em constantes modificações e movimentam um setor do capital comercial relativamente autônomo e funcional. Estas redes, em última análise, colaboram para os casos de violência presentes e que impactam parte significativa dos territórios de povos e de comunidades tradicionais na faixa de fronteira.

A interiorização das universidades no estado do Amazonas nas últimas décadas desencadeou um debate sobre a qualificação e fixação de profissionais da/na região do Alto Solimões. Este fenômeno tem sido primordial para uma mudança no panorama de fixação de investigadores e de grupos de pesquisa em se estabelecerem na região e continuamente realizarem suas atividades voltadas à realidade de contextos transfronteiriços.

O Núcleo de Estudos Socioambientais da Amazônia (Nesam), grupo de pesquisa registrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), foi criado nesse panorama em 2014 por professores do Centro de Estudos Superiores de Tabatinga, da UEA, e do

Instituto de Natureza e Cultura, da Ufam. O Nesam fomenta reflexões em torno de questões sobre as configurações e dinâmicas socioambientais do Alto Solimões, procurando identificar, problematizar e compreender as interações entre sociedade e ambiente, por meio das transformações, mobilidades, construção de redes e produção de fixos e fluxos que caracterizam o Alto Solimões. Neste sentido, reúne pesquisas sob uma perspectiva transdisciplinar.

Com base na produção espacial, nos chama a atenção a necessidade de pensar a “estrutura fixa de segurança pública”, como delegacias, instituto de perícia técnica, presídios e albergue para apenados. De igual modo, nos cabe ainda pensar na estrutura de “fluxos”, como bases fluviais nas principais calhas dos rios e ainda unidades fluviais de segurança pública e de controle aduaneiro, que sejam interligados aos demais órgãos de controle do Estado.

Com um grupo heterogêneo de trabalho, o núcleo possui a missão de construir diálogos e conhecimentos a partir das realidades socioambientais amazônicas. Esta perspectiva tem sido fruto da imersão dos pesquisadores em temas que circundam o cotidiano das pessoas, do ambiente e a dinâmica regional fronteiriça. A atuação do grupo resulta em trabalhos de mapeamento dos conflitos socioambientais, diferentes formas de violência, segurança territorial e alimentar, e tantas outras temáticas sobre as quais o grupo tem se debruçado e procurado se fazer presente.

As pesquisas realizadas pelo Nesam e pelo Laboratório Nova Cartografia Social da Amazônia, ambos vinculados à UEA e à Ufam, nos últimos anos, têm permitido evidenciar as situações vivenciadas nessa faixa de fronteira.

O trabalho de cartografia e mapeamento situacional, realizado em colaboração participativa com os povos e comunidades tradicionais da região, tem possibilitado a construção de diagnósticos socioambientais que, entre muitos aspectos, propiciaram uma experiência sobre a tipificação da violência vivenciada por estes agentes, da mesma forma que contribuíram para a qualificação de informações sobre os conflitos e as dinâmicas dos mercados ilegais em contextos de fronteira.

2 EXPERIÊNCIAS COLABORATIVAS E PRÁTICAS DE PESQUISA: AS CARTOGRAFIAS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE A PARTIR DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS NA FAIXA DE FRONTEIRA DO ALTO SOLIMÕES, AMAZONAS

As experiências cartográficas são entendidas a partir dos processos de mapeamento colaborativo e pelas vivências espacializadas de um determinado grupo social em seu território. Neste contexto, as oficinas de cartografia social com o uso do Global Positioning System (GPS) mostram como os croquis e suas representações cartográficas são construídos a partir das percepções dos próprios moradores, em diálogo coletivo sobre as diferentes manifestações presentes na dinâmica de ocupação e seu modo de vida.

No processo de elaboração deste trabalho participativo na região da faixa de fronteira do Alto Solimões, muitos elementos são apontados pelos próprios moradores, como os relatos etnográficos. Em assembleias, discutem desde os primeiros traçados, as espacialidades, os temas, os ícones e suas dimensões situacionais e temporais. Os mapas situacionais, neste sentido, são produtos de uma discussão entre os cartógrafos comunitários e o olhar acadêmico do tema gerador da necessidade – reivindicatória junto ao poder público, de mobilização por identidade e/ou território – de participação nas oficinas de cartografia social (figura 6).

FIGURA 6

Elaboração dos mapas situacionais de cartografia a partir dos interlocutores indígenas do Alto Solimões, Amazonas



Fonte: Fotos por Pedro Rapozo e Reginaldo Conceição da Silva.

Obs.: Figura reproduzida em baixa resolução em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

As descrições dos eventos vivenciados pelos interlocutores permitem, com precisão geográfica, a visualização de inúmeras expressões de conflitos em seus territórios, ao passo que desloca os croquis para um contexto particular de *mapeamento situacional*. Henri Acselrad e Rodrigo Nuñez Viégas asseguram, ao falar sobre os mapas situacionais, que “a importância do processo de construção do mapa se dá também em razão do seu aspecto dinâmico que, uma vez bem trabalhado, pode transpor os limites e fixidez do mapa como um instrumento de representação estático, parado no tempo” (Acselrad e Viégas, 2013, p. 24). É justamente esta abordagem que os grupos envolvidos no lócus dos conflitos conseguem imprimir no mapa: a resistência, o fortalecimento da causa em evidência.

A elaboração de representações cartográficas (figura 7) da violência e criminalidade evidencia a maneira como povos e comunidades tradicionais dialogam a partir da etnografia dessas experiências compartilhadas territorialmente.

FIGURA 7

Identificação de formas de violência, conflitos e criminalidade representadas no croqui a partir da percepção dos interlocutores

	Território reivindicado pelo povo Kokama do rio Javari		Conflitos fundiários com sobreposição de propriedades particulares
	Territórios de conflitos pela disputa de antigos seringais		Derrubada ilegal de madeira por agentes externos às comunidades indígenas
	Conflitos em territórios de uso para caça de animais silvestres		Disputas em territórios de uso sustentável de produtos madeiros
	Sobreposição de donos/área em conflito		Invasão e disputa em lagos de pesca comunitários por agentes externos
	Disputas em terras de uso turístico em proximidade de comunidades indígenas		Disputa em territórios de reserva turística de propriedade privada
	Hotel de selva Palmari, não indígena		Disputas e conflitos em territórios de rios e igarapés considerados importantes para os povos indígenas
	Tentativa de homicídio em comunidades indígenas por agentes externos		Disputas e conflitos em territórios de florestas utilizadas pelos povos indígenas

Elaboração dos autores.

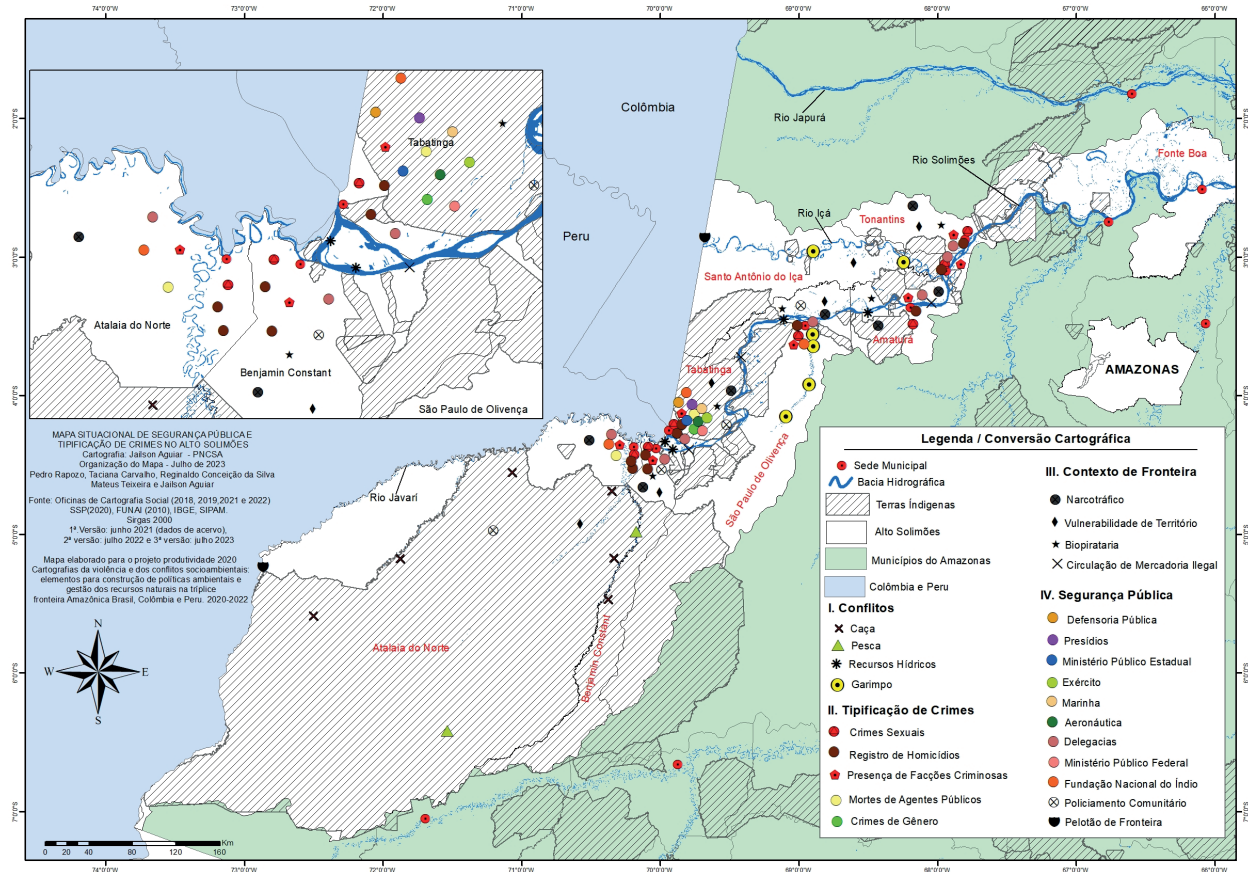
O formato elaborado nos processos de autorrepresentação por meio da cartografia rompe com a prática já consolidada pelas autoridades da segurança pública, por exemplo. Isso pode ser ilustrado pela tomada de depoimentos em denúncias carregadas de eventuais interferências ao produzir boletins de ocorrência – elemento tido como imprescindível em uma investigação, com a responsabilização por parte de quem cometa os atos e atitudes à margem da lei.

O intenso diálogo viabiliza a confecção cartográfica que contrapõe as ditas cartografias oficiais produzidas pelo Estado, para fins de diligências nas investigações. Muitas destas cartografias do Estado não apresentam os fenômenos da violência e criminalidade provocando a ausência de ação do poder judiciário e de sua rede de promoção à dignidade humana, do acesso à justiça, do direito à liberdade e à identidade.

No mapa situacional (mapa 1), elaborado a partir das experiências dos participantes nas oficinas de cartografia, no contexto de segurança, na faixa de fronteira, observamos inúmeros elementos em destaque, considerando quatro grupos: i) os conflitos; ii) a tipificação de crimes; iii) os relatos sobre a situação da segurança pública; e iv) questões de natureza étnica, identitária e ambiental, no contexto do tema *fronteira*.

Para além das informações obtidas por meio da pesquisa com os povos e comunidades tradicionais, dados secundários levantados por outras instituições e grupos de pesquisa colaboram para a elaboração dos mapas situacionais.

MAPA 1
Mapa situacional de segurança pública e tipificação de crimes no Alto Solimões



Elaboração dos autores.

Obs.: 1. O mapa foi elaborado a partir de relatos evidenciados nas atividades participativas de mapeamento social junto aos povos e comunidades tradicionais.

2. Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

No primeiro grupo prevalecem os circuitos ilegais das atividades de caça, pesca, recursos hídricos e, ainda, o sensível tema do garimpo de ouro, evidenciado pelos interlocutores. A dimensão conflituosa aqui é marcada, sobretudo, pela exploração ilegal nos territórios indígenas como expressão dos recursos também financiados pelas atividades do narconeócio.

No segundo grupo, que trata sobre a tipificação de criminalidades nesses territórios, estão presentes os relatos sobre crimes sexuais, os registros de homicídios, a presença de facções do crime organizado atuando e, separadamente, a morte de agentes públicos e os crimes de gênero. A expressão destas tipificações de criminalidade, no relato de quem as vivencia, está conectada a inúmeras situações, incluindo o recorrente problema do consumo de entorpecentes lícitos e ilícitos, e as disputas em territórios urbanos e rurais para o comércio e o escoamento de entorpecentes – que, nos casos apresentados, levaram ao assassinato de agentes do Estado e de lideranças rurais.

Em linha com as questões acima destacadas, o terceiro grupo de informações está associado ao tema da segurança pública. O emprego de outras técnicas de pesquisa junto aos interlocutores, como a análise SWOT⁸ e entrevistas com grupos focais, tem permitido identificar junto à população local os principais agentes que potencialmente garantiriam a resolução dos problemas detectados, configurando uma presença do Estado para a segurança pública na faixa de fronteira. Entre os relatos foram identificados a Defensoria Pública, a Justiça Federal, o MPF, as Forças Armadas, por meio do Pelotão de Fronteira e Exército, e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai).

Finalmente, quanto ao quarto grupo no contexto do tema *fronteira*, os relatos impressos nas cartografias revelam a dinâmica da circulação de mercadorias ilegais e os problemas de acesso ilegal aos territórios indígenas. Isso tem levado a inúmeras expressões de vulnerabilidade, marcadas, sobretudo, pelo narcotráfico e pela cadeia de superexploração dos recursos pesqueiros em águas brasileiras, com rotas de escoamento articuladas, principalmente, pela Colômbia.

Neste contexto, a violência estimulada pelas organizações criminosas estabelecidas e, em alguns casos, também associada aos conflitos socioambientais nesta porção da região de fronteira, pode ser pensada como reflexo de uma relação entre as atividades produtivas comerciais oriundas do extrativismo e as redes de atividades ilícitas capitaneadas pelo narcotráfico. Tais redes, atuando do lado colombiano, peruano e brasileiro, introduzem recursos financeiros na região a fim de diversificar suas divisas, movimentando o capital regional e potencializando as disputas pelos acessos aos recursos naturais. Essas disputas são representadas pelas taxas significativas de homicídios, ameaças de morte e demais tipos de violência na região, que levaram, nos últimos anos, a um clima de instabilidade na segurança pública e, sobretudo, contra o modo de vida tradicional da população local.⁹

A comercialização ilegal da madeira, do pescado e da extração de ouro pelo garimpo, sobretudo do lado brasileiro da faixa de fronteira, movimenta uma *economia invisível* nos municípios, embora esteja associada também às atividades consideradas legalizadas. Com isso, transformam-se em potenciais espaços para o aparecimento de conflitos envolvendo os territórios indígenas e os agentes de exploração e comercialização locais.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dinâmica dos conflitos e as múltiplas formas de violência na Amazônia transfronteiriça podem ser compreendidas pela interposição de dimensões políticas, econômicas e sociais que resultam em fatores de vulnerabilidade socioeconômica, poder e injustiça ambiental. Nos últimos anos, o agravamento destes fatores também pode ser entendido como reflexo da reprodução de interesses presentes nos campos legislativo, executivo e judicial, assim como daqueles aspectos que resultaram em um clima

8. A análise SWOT ou FOFA é um modelo composto por uma matriz representada pela abreviação, no inglês, de quatro elementos avaliados nos estudos sobre estruturas organizacionais, sendo estes: i) *strengths* (as principais fortalezas de um grupo social); ii) *weaknesses* (as principais fraquezas de um coletivo de indivíduos); iii) *opportunities* (as principais oportunidades potenciais de mudanças positivas); e iv) *threats* (as principais ameaças que se impõem ao grupo de indivíduos). Esta ferramenta, inicialmente utilizada nos estudos de administração e posteriormente aplicada em oficinas participativas junto a grupos sociais, consiste na elaboração de cenários analíticos e, quando empregadas em um contexto específico, pode possibilitar, por exemplo, um diagnóstico com enfoque na tomada de decisões a partir da realidade de operacionalização de grupos e instituições, por meio das informações expressas na fala dos participantes interlocutores sobre as suas condições.

9. Para além dos homicídios ocasionados pelas crescentes disputas do narcotráfico internacional na região e pelas inúmeras ameaças de morte e violação dos direitos de povos e comunidades tradicionais locais, dois casos chamaram a atenção no cenário nacional e internacional: os assassinatos dos servidores da Funai Maxciel Pereira (em 2019) e Bruno Pereira (em 2022), junto ao jornalista britânico Dominic Phillips. Esses casos trouxeram novamente à tona a situação de vulnerabilidade e insegurança sofrida por servidores públicos, ambientalistas e demais agentes da sociedade civil neste território.

acentuado de instabilidade e insegurança, marcado pela impunidade e pela ineficiência das políticas de Estado em seus territórios, em terras tradicionalmente ocupadas e em áreas protegidas.

O reflexo desse processo, reverberado nos dados sobre violência e no aumento das inúmeras formas de criminalidade evidenciadas em territórios desassistidos pelas políticas governamentais, ainda instaura um sentimento local de impotência, ao mesmo tempo em que garante as possibilidades de atuação de agentes e de redes que retroalimentam a dinâmica dos mercados ilegais no contexto transfronteiriço do Alto Solimões.

Além disso, o efeito cartográfico dos mapas situacionais configura, para os povos e comunidades tradicionais, vitimados pela violência e criminalidade, uma potencial resposta à visibilidade de uma discussão sobre territorialidades na sua dimensão existencial. Este âmbito do conflito e da violência, dentro da abordagem da etnocartografia, encontra como principal desafio o diálogo com o Estado (enquanto potencial resolutor destas situações), que é acionado pelas vítimas em momentos nos quais também se exerce algum tipo de violência institucional, ao invisibilizar tais demandas. Afinal, muitas vezes, os conflitos ali espacializados sobrepõem inúmeros interesses e, indiretamente, evidenciam a incapacidade governamental de lidar com questões muito particulares aos territórios cartografados.

Pode-se inferir, portanto, que, a partir do lugar evidenciado, povos e comunidades tradicionais, bem como os grupos socialmente organizados nos espaços urbanos, fazem uso das diversas situações de conflito territorializado para destacar suas lutas e constituir identidades coletivas.

Assim, essas dimensões autorrepresentativas sobre os territórios, as experiências e os relatos identificados e georreferenciados trazem, para além de uma contestação legítima, a oportunidade de visibilizar e dialogar com o Estado sobre determinadas circunstâncias que permitam a garantia da prerrogativa dos direitos à manutenção de seus modos de vida.

De qualquer maneira, é evidente que se estabelece uma relação de pesquisa entre as comunidades e pesquisadores. Essa relação, dentro do fazer cartográfico realizado nesta região de faixa de fronteira, tanto pelo Nesam quanto pelo Núcleo de Cartografia Social da Amazônia (NCSA), à luz das práxis etnográficas, estreita a distância entre o fenômeno consolidado da violência, as vítimas desse fenômeno e a academia. Por meio desta, também é possível acionar o Estado e as instâncias judiciais, no intuito de fazer cumprir direitos constitucionais de integridade à vida, ao território e às identidades coletivas.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; VIÉGAS, Rodrigo Nuñez. Cartografias sociais e território: um diálogo latino-americano. *In*: _____. **Cartografia social, terra, território**. Rio de Janeiro: Ippur/UFRJ, 2013. p. 15-40. (Coleção território, ambiente e conflitos sociais).

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Nova cartografia social da Amazônia. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; FARIAS JUNIOR, Emmanuel de Almeida (Org.). **Povos e comunidades tradicionais**: nova cartografia social. Manaus: UEA Edições, 2013.

BORGES, Fábio. **Amazônia e economia da droga**: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005). 2006. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, Universidade Estadual Paulista, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil – 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho. Necropolitics, state of exception, and violence against indigenous people in the Amazon region during the Bolsonaro administration. **Brazilian Political Science Review**, v. 15, n. 2, p. 1-25, 2021.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho; SILVA, Manuel Carlos. Fronteiras da re-existência e resistência: as cartografias dos conflitos socioambientais na tríplice fronteira amazônica, Colômbia e Peru. **Configurações**, v. 25, n. 1, p. 59-87, 2020.

RAPOZO, Pedro Henrique Coelho; SILVA, Reginaldo Conceição da; RADAELLI, Aline. À margem das margens: conflitos socioambientais, territorialidades e as lutas pelo reconhecimento identitário das comunidades rurais da tríplice fronteira amazônica Brasil, Colômbia e Peru. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 41., 2017, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** São Paulo: Unicamp, 2017.

SAQUET, Marcos Aurélio. Estudos territoriais: os conceitos de território e territorialidade como orientações para uma pesquisa científica. *In*: FRAGA, Nilson Cesar (Org.). **Territórios e fronteiras**: (re)arranjos e perspectivas. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2017.

STEIMAN, Rebeca. **A geografia das cidades de fronteira**: um estudo de caso de Tabatinga (Brasil) e Letícia (Colômbia). 2002. 128f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

VIEGAS, Daniel Pinheiro. **A tradicionalidade da ocupação indígena e a Constituição de 1988**: a territorialização como instituto jurídico-constitucional. Manaus: UEA Edições, 2017.

